COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 630, DE 2003, DO SENHOR ROBERTO GOUVEIA, QUE "ALTERA O ART. 1º DA LEI Nº 8.001, DE 13 DE MARÇO DE 1990, CONSTITUI FUNDO ESPECIAL PARA FINANCIAR PESQUISAS E FOMENTAR A PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E TÉRMICA A PARTIR DA ENERGIA SOLAR E DA ENERGIA EÓLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (PL 0630/03 – FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA).

PROJETO DE LEI N°630, DE 2003

Altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, constitui fundo especial para financiar pesquisas e fomentar a produção de energia elétrica e térmica a partir da energia solar e da energia eólica, e dá outras providências.

EMENDA Nº

Suprimam-se os artigos 36 e 37 do Substitutivo apresentado ao PL 630/03.

JUSTIFICAÇÃO

Os artigos 36 e 37 desse Substitutivo prevêem alíquota zero e isenção, respectivamente, para PIS/COFINS e IPI incidentes sobre bens utilizados ou incorporados na construção ou montagem de instalações dos empreendimentos de energia renovável.

Ocorre que as concessões desses incentivos, na fase final da cadeia produtiva nacional desses bens, geram desigualdade em relação a produtos importados, posto que as empresas que vendem equipamentos a esses empreendimentos terão que arcar com os custos financeiros e administrativos decorrentes da compensação e/ou ressarcimento de créditos de IPI e PIC/COFINS. Ressalte-se que esses créditos são gerados quando da

aquisição no mercado interno ou importação de partes e peças utilizadas na industrialização desses bens, conforme arts. 73 e 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e art. 167 do Código Tributário Nacional.

Quanto à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2007 – Lei de Responsabilidade Fiscal -, cabe destacar que a adoção desta proposta não importará em renúncia fiscal adicional àquelas já previstas na legislação do IPI e da Lei que institui o REIDI, baseados no princípio da não-cumulatividade do IPI, da contribuição ao PIS e da COFINS contidos, respectivamente, no art. 153, § 3º, II, e art. 154, I, da Constituição Federal.

Com efeito, a presente emenda objetiva tão-somente evitar o acúmulo de créditos da contribuição do PIS e da COFINS, assim como do IPI, decorrentes de operações anteriores à venda do produto, que serão objetos de posterior e obrigatória compensação ou ressarcimento, tendo em vista os incentivos tributários já existentes na saída dos produtos para a construção ou instalação de empreendimentos de geração de energia renovável.

Com base nas disposições ora propostas, a extensão do regime de drawback, já regulamentado, possibilitará maior fiscalização pela Receita Federal, bem como a vedação do benefício às pessoas jurídicas optantes pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples – ou pelo Simples Nacional e cobrança do imposto e/ou contribuições não recolhidos, com os acréscimos legais, no caso de descumprimento das condições estabelecidas.

Sala da Comissão, em

de agosto de 2009.

RODRIGO ROCHA LOURES
PMDB/PR